

"Pacote" reforça posição brasileira na negociação

por Paulo Sotero
de São Paulo

A aprovação do "pacote" econômico pelo Congresso reforçou a posição do Brasil para a renegociação da dívida externa, que o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, iniciará nesta semana, em Nova York, e deverá facilitar uma manifestação favorável do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o programa econômico do governo, que os credores consideram pré-condição para o refinanciamento da dívida brasileira. (Apesar das declarações pouco amistosas sobre o Fundo feitas por representantes do governo, o presidente do BC era esperado domingo, em Washington, onde deverá fazer visitas oficialmente apresentadas como "de cortesia" para explicar o "pacote" ao diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e ao presidente do Federal Reserve Board, o Banco Central americano, Paul Volcker).

Esta avaliação, feita por uma fonte financeira familiarizada com o comitê de catorze bancos credores com o qual Bracher se reunirá na quinta e sextas-feiras, não significa que o presidente do Banco Central terá uma tarefa fácil junto aos banqueiros nem que voltará a Brasília com um acordo. "Estes dois dias servirão, eu creio, mais para uma troca de informações", disse a fonte. "Há grande expectativa dos bancos a respeito do que Bracher dirá sobre os empréstimos de 63 aos três bancos que foram liquidados. A expectativa é grande também sobre o que ele pedirá. Há muitas dúvidas a ser, esclarecidas e não vejo como se poderá fazer isso e negociar os termos de um acordo de renegociação da dívida em apenas dois dias", acrescentou.

RESERVAS

O banqueiro reconheceu que, com o País montado em sólidas reservas e num programa econômico chancelado pelo voto do Congresso, que considerou "mais duro do que eu e outros banqueiros esperávamos", nunca o Brasil iniciou uma negociação com os bancos internacionais numa posição tão confortável. Adiantou, no entanto, que os credores bombardearão Bracher com perguntas sobre questões que os preocupam.

Uma delas se refere aos possíveis efeitos negativos que a decisão do governo de não fazer acordo com o FMI terá sobre a negociação da chamada dívida oficial com os governos dos países industrializados, no Clube de Paris. Esta preocupação dos credores tem dois aspectos práticos.

A espera desde fevereiro da renegociação com os bancos, o Brasil não paga desde então os juros da dívida oficial — um procedimento considerado normal.

De imediato, os banqueiros querem saber quanto o País deixou de ter pago desta conta. "Isso é importante porque nos permitirá medir até que ponto o governo brasileiro está superestimando suas reservas", disse a fonte.

A mais longo prazo, os credores querem ter certeza de que a recusa do Brasil em fazer um acordo formal com o Fundo não dificultará a negociação com o Clube de Paris, pois, se isso acontecer, o País poderá ver-se privado de créditos comerciais, o que terá um reflexo inevitável sobre as reservas.

CACIFE

Interessados em aumentar seu cacife para a negociação com Bracher, os banqueiros insistirão de forma especial na questão dos empréstimos que vários deles fizeram ao Comind, ao Auxiliar e ao Maissonave, sob a Resolução 63 do BC. Sabe-se que Bracher pretende aplacá-los com uma carta, na qual o governo brasileiro revelará sua disposição de estudar a questão, sempre que uma acomodação for compatível com o cumprimento das leis brasileiras.

Esta carta teria, nos cálculos das autoridades brasileiras, o efeito de permitir aos bancos melhor administrar suas perdas pelas aplicações nos bancos liquidados em seus balanços. Um banqueiro ouvido por este jornal disse, no entanto, "que uma carta não será suficiente" para satisfazê-los. Ele disse também que os bancos cobrarão explicações mais detalhadas de Bracher sobre a disposição do governo de incluir os credores estrangeiros no rateio dos primeiros 25% dos ativos dos bancos liquidados. "Essa história dos 25% é estranha. Uma posição em torno de zero ou 100% seria mais lógica", afirmou.